

5 Grécia clássica, redistribuição e mercados.

O período da história da Grécia denominado Clássico situa-se entre os séculos V e IV antes de Cristo. É a época das *polis* e da democracia e também de uma forma econômica singular - foco do estudo de Polanyi. Para ele a sociedade ateniense do período clássico é um exemplo de como o conceito de enraizamento social foi aplicado: a disposição dos recursos, trabalho, produção e serviços são definidos por obrigações e relações sociais (POLANYI, 1944; WJUNISKI e FERNANDEZ, 2008).

O mundo antigo não contemplava a pobreza e a riqueza da mesma forma que o fazemos atualmente. No mundo greco-romano a idéia de uma solução para a pobreza era inimaginável.

“A pobreza sempre foi companheira da Grécia”¹

Herodotus Demaratus

A pobreza era um fato comum na Grécia – sua agricultura limitada levou a uma cultura material de simplicidade: dieta de base vegetariana: grãos, azeitonas, figos, vinho. Vestimentas simples: faixas de tecido de algodão ou de pelo de cabra (*sakkos*) envolvidas no corpo de diversas formas diferentes, faixas de couro enrolada nos pés (*sandálias*), arquitetura de linhas retas e simples que prevaleceu nos períodos Arcaico e Clássico. Os atletas se exercitavam nus. Mesmo nas classes mais favorecidas não havia o hábito de ostentar jóias e roupas chamativas. As comunidades menores eram naturalmente mais igualitárias - por seu estreito espectro, ricos e pobres viviam mais próximos. A pobreza da terra refletia-se no caráter igualitário das *polis*. (DESMOND, 2006, p. 2-3)

¹ Herodotus, 7.102.1 apud DESMOND, 2006, p. 2

Atenas oferece um exemplo de interação entre política e economia. Um aspecto importante na economia ateniense era a coexistência de duas esferas econômicas: o mercado interno (denominado *agora*) e o controle do governo sobre a economia. No início do século V a.C., o *agora* – em conceitos modernos, um tipo de mercado - fazia parte da organização econômica da *polis* ateniense, enquanto os magistrados e outros órgãos oficiais formavam seu corpo político. O *agora* não era o que conhecemos hoje como um sistema de livre oferta e demanda disciplinado através da competição e interdependência com outros mercados. Ele representava um instrumento de oferta de produtos cujos preços, moeda e acesso eram controlados por órgãos políticos. As autoridades permitiam o funcionamento do *agora*, limitando seu escopo de atuação na *polis* e controlando seu funcionamento (POLANYI, 1960).

Polanyi divide a economia ateniense em três esferas principais: a economia patriarcal, o mercado e o planejamento do governo, sendo que os dois últimos são os mais relevantes. Wjuniski e Fernandez (2008) explicam o funcionamento destes três âmbitos descritos por Polanyi:

A primeira esfera, economia patriarcal, está presente nas famílias grandes, ricas e tradicionais. Os alimentos eram produzidos ou comprados, estocados e usados de forma redistributiva para toda família. Este tipo de organização é originário de tribos antigas e ainda existia na *polis*. A família era responsável por todos os seus membros, incluindo os escravos e tinha como obrigação cuidar de todos, providenciando o mínimo necessário para a sobrevivência.

A segunda esfera, o mercado, denominado *agora*, tinha como objetivo distribuir os recursos de forma eficiente permitindo o suprimento de alimentos e bens essenciais na economia. Era usado primordialmente pelas pequenas famílias e trabalhadores livres, que não tinham os recursos das grandes famílias e precisavam vender seus produtos rapidamente – já que as condições de estocagem na época eram limitadas.

A terceira esfera era o estado, o principal articulador da economia. Tinha a responsabilidade de zelar pelo suprimento de bens essenciais e proteger a economia de choques externos. O estado podia fazer qualquer intervenção no mercado com o propósito de garantir o abastecimento e controlar os preços. Ele controlava a importação de produtos, grãos na sua maioria – e também estocava alimentos para períodos de crise no abastecimento. O objetivo maior era proteger os cidadãos garantindo os bens necessários. O estado podia fazer intervenções no mercado a qualquer momento, controlando o abastecimento, fixando preços e tomando quaisquer medidas que julgasse indispensáveis para

manter o estoque necessário de alimentos na cidade. É neste sentido que Polanyi defende que o mercado tem um papel redistributivo: ele é controlado pelo estado para atingir seus objetivos.

Este é o aspecto principal analisado por Polanyi na economia ateniense. O mercado era limitado e seus limites eram delineados pelo estado. Em épocas normais, quando os alimentos eram oferecidos com os preços habituais, o mercado funcionava sem intervenção. Mas em momentos de crise, quando os alimentos eram negociados a preços considerados abusivos, o estado intervinha com as políticas necessárias para estabilizar a oferta. Este era o princípio que governava Atenas no período clássico: os cidadãos deveriam obter os recursos mínimos necessários à sobrevivência e o mercado era instrumento do estado para atingir este objetivo. Ou seja, a economia estava enraizada nos objetivos da sociedade ateniense (WJUNISKI e FERNANDEZ, 2008).

As seções Pobreza na Grécia e Mercados estão baseadas na obra de Desmond (2006), *The Greek Praise of Poverty - Origins of Ancient Cynism*.

5.1. Pobreza na Grécia

É difícil generalizar as condições econômicas de toda Grécia no Século IV A.C. O crescimento da população fez com que a quantidade disponível de alimentos se tornasse uma questão de estado. Ter alimentos em quantidade suficiente já era uma preocupação de Atenas e tornou-se ainda mais forte após o fim da Guerra do Peloponeso quando a esquadra de Lisandro (Esparta) derrotou a de Atenas. Os navios atenienses não podiam mais navegar para o Mar Negro, Chipre, Egito ou Sicília para fazer alianças. Ao longo deste século o comércio de grãos era o primeiro assunto discutido nas assembléias de Atenas. Muitas leis foram aprovadas para garantir e estimular a entrada de comerciantes de grãos em seus portos.

Com a falta de segurança nos mares e constante ameaça de má colheita ocorreram períodos com grave escassez de alimentos nos anos 390, 376, 362, 361, 360 e uma grande crise de abastecimento no ano de 357 A.C. Outras cidades da região dependentes da importação de grãos e com mercados menos atrativos que Atenas enfrentaram dificuldades ainda mais severas.

Os gregos tendiam a tratar a riqueza não como um fator material, mas como um fenômeno ético e político. Herodotus Demaratus refere-se à pobreza como companheira constante da Grécia para enfatizar o valor marcial da raça - especialmente dos Espartanos - sendo o fator econômico secundário. A ausência de uma força tecnológica levou os gregos a abandonar a questão da produção e focar no consumo e conservação. Pode-se observar que através da história as propostas econômicas envolvem a contenção dos desejos individuais e a distribuição mais justa da riqueza. Como a escassez era um fato da vida, a frugalidade (*eutelia*) torna-se uma virtude necessária: Antiphon escrevera: “os deuses deliciam-se na frugalidade²”. A exaltação da frugalidade pode ser considerada como parte do esforço para desencorajar as desigualdades: a moderação e a frugalidade tornaram-se gestos patrióticos.

5.2. O mercado

Historiadores dividiram o mercado da Grécia em duas esferas: As mercadorias básicas - grãos, azeitonas e vinhos cultivados e comercializados localmente; e as mercadorias de luxo que na economia pré-industrial eram os itens importados - roupas e tinturas para tecidos, comidas exóticas, metais, marfim, curiosidades – itens cujo valor de venda compensava os riscos da navegação e especulação.

“A dieta do pobre urbano em Atenas consistia de peixe salgado da região de Hellespont [...] Atica tinha suas árvores frutíferas [...] o campo dominava as cidades economicamente, pois era o centro da produção essencial: alimentos e tecidos” (DESMOND, 2006, p.62). É importante lembrar que os produtos consumidos pelos pobres eram produzidos localmente. A partir desta observação pode-se inferir que os hábitos de consumo dos pobres eram definidos em grande parte pela região onde habitavam. A conservação, estoque e transporte dos alimentos eram itens que encareciam os produtos, portanto não eram consumidos pelos pobres. O comércio entre as cidades eram direcionados para atender à demanda das pessoas mais abastadas.

² Péricles: Thuc. 2.40.1. Antiphon, 164.1 apud DESMOND, 2006, p. 5

O poeta cômico Hermippus descreve os bens de luxo da época:

De Kyrene provêm os talos de silphium (planta) e o couro de boi
 De Hellespont a cavala e os peixes salgados de todas as variedades
 Da Tessalia, pudins e costelas de boi
 De Syracuse, porcos e queijo
 Do Egito, equipamentos para embarcações e livros
 Da síria, olíbano (espécie de incenso)
 Da adorável Creta, cipreste para as oferendas aos deuses
 Da África, o precioso e abundante marfim
 De Rodes, ervas e figo seco, trazendo doces sonhos
 De Eubóia, peras e suculentas maçãs...
 De Pagasi, escravos, marcados ou não
 De Paphlagonians, bolotas de Zeus (acorns) e amêndoas brilhantes que
 adornam os banquetes
 Da Fenícia, o fruto da palmeira e o mais puro trigo
 De Cartago, tapetes e almofadas multicoloridas

(HERMIPPUS. *Phormophoroi*, fr.63(Kock)=Ath.27e-28a. apud DESMOND, 2006, p.61-62, tradução nossa)

Polanyi, por sua vez, faz outra distinção do mercado doméstico versus mercado externo na cidade de Atenas. De acordo com sua análise, o mercado doméstico tinha como objetivo distribuir os recursos de forma eficiente e também servir como mecanismo de redistribuição do estado. Seus participantes eram os cidadãos da polis. Por outro lado, o comércio externo e o planejamento do governo tinham por objetivo garantir o suprimento de alimentos, sendo que os negociantes do mercado externo eram regulados pelo estado.

As seções abaixo: Mercado Interno x Mercado Externo e O Papel do Estado estão baseadas no trabalho de WJUNISKI e FERNANDEZ (2008, p. 12-16). Estes autores, por sua vez fundamentaram seu trabalho no livro de Polanyi editado postumamente em 1977, *The Livelihood of Man*, capítulos 12, 13, 15 e 16.

5.2.1. Mercado interno x mercado externo

Polanyi diferencia os mercados internos e externos de Atenas através da pessoa responsável pelo comércio. O comerciante do mercado doméstico trabalhava no *agora* e era denominado *kapelos*. Era cidadão de Atenas e vivia da receita do comércio. Trabalhar em *agora* era sua escolha, já que por ser cidadão da *polis* tinha o direito de trabalhar em outra atividade econômica. Já o comerciante do mercado externo, denominado *emporos*, era um estrangeiro, portanto não tinha os direitos de cidadão. A única atividade permitida para ele era ser um *emporos*, não era uma escolha, mas uma consequência de sua condição enquanto estrangeiro. A presença do comerciante externo era normalmente resultado de guerras entre as cidades. Eles eram pessoas que moravam em cidades que haviam sido dominadas pela guerra, não tinham lar nem direitos. Portanto, a única atividade econômica permitida era tornar-se um *emporos*. Alguns deles viviam fora das cidades, viajando de uma *polis* para outra; outros tinham uma residência fixa, morando como estrangeiro numa determinada cidade e viajando para trabalhar. Na visão de Polanyi, esta diferença comprovava o quanto os dois sistemas estavam separados: o mercado interno fazia parte da cidade, era formado por cidadãos com o propósito de servir seus afins. Inversamente, o comércio externo era exercido por estrangeiros, regulado pelo estado, com o principal objetivo de garantir a subsistência da cidade.

O uso da moeda em Atenas foi outro aspecto abordado por Polanyi. De acordo com o autor, o conceito contemporâneo de moeda não existia na economia do período clássico - o comércio e a moeda eram entidades separadas. A moeda para os gregos era uma instituição da cidade e não um meio de troca. Não possuía valor para câmbio, não variava de acordo com a oferta e o metal não possuía um valor intrínseco. Seu valor era estabelecido pelo governo da cidade que determinava o preço e quanto de moeda poderia circular na economia. Havia também diferentes tipos de moeda para usos distintos. A moeda interna servia como meio de troca por mercadorias no *agora*, não variava de valor não sofria inflação, o preço era definido pela cidade de acordo com seus interesses. Este fato significava que a moeda era outra forma de controlar a economia já que o governo poderia alterar seu valor para estabelecer o equilíbrio do sistema. Havia também a moeda para uso externo, usada somente no mercado externo como pagamento aos *emporos*.

Polanyi defende que o sistema misto era necessário para a subsistência da população. Atenas tinha inúmeras dificuldades geográficas e políticas para garantir a importação de grãos: solo pobre para agricultura e problemas políticos com as rotas comerciais. Após tornar-se uma grande cidade para a época e região, não podia mais sobreviver com sua produção interna, a importação de alimentos era essencial para a sobrevivência de seus cidadãos.

O mercado interno era uma forma eficiente de alocar recursos e usar como meio de redistribuição em caso de necessidade. Em períodos normais o mercado funcionava livremente, mas em momentos de crise o estado podia usar o mercado interno de forma redistributiva, controlando os preços para garantir que seus cidadãos tivessem acesso aos bens essenciais à sobrevivência.

Atenas adotou a dualidade de forma bastante pioneira, desenvolvendo o mercado interno enquanto adaptava seu funcionamento às condições externas.

5.3. O papel do estado

A conexão entre os sistemas de comércio interno e externo era feita exclusivamente pelo estado. Ele controlava as quantidades e preços de todas as transações de comércio externo. Com este mecanismo podia-se regular a importação de alimentos e assim manter o nível de oferta no mercado interno. A decisão da quantidade de bens que podia entrar na cidade era determinada de acordo com as necessidades da cidade em cada período. O estado também comprava alimentos para estocar e para serem distribuídos em épocas de crise. Polanyi diz que as instâncias de comércio interno e externo eram tão separadas que os preços podiam ser completamente diferentes, principalmente em tempos de crise. O preço interno não era muito volátil, porque o estado sempre o controlava; mas o preço externo dependia das condições externas de colheita e segurança das rotas comerciais, o que provocava sua variação.

Atenas utilizava sua força naval militar para controlar as rotas de comércio e buscar novas rotas. Através de sua grande esquadra, a cidade podia assegurar a importação de grãos e suprimentos para seus cidadãos. Segundo Polanyi, um aspecto interessante desta situação era que o imperialismo era um complemento da democracia e de sua política comercial interna. Para o autor, a guerra contra os Persas fez os governantes de Atenas perceberem como era importante preservar as rotas comerciais, já que as terras aráveis da Grécia eram muito pobres. A guerra mostrou o quanto Atenas era vulnerável ao corte de

suprimentos pelos inimigos, portanto o desenvolvimento de uma grande frota e o controle do comércio marítimo no Mediterrâneo tornou-se um objetivo econômico.

A política externa tinha um papel semelhante. A diplomacia era usada para garantir a importação de grãos através de alianças com outras regiões. A cidade mantinha um grande número de emissários e mensageiros cuja função era negociar as importações com outras nações.

Pode-se inferir que Atenas usava o imperialismo e a política externa como complemento do sistema econômico, já que o comércio externo de grãos era fundamental para a manutenção da democracia e para a sobrevivência da cidade.

É importante salientar que Atenas não era a única cidade grega a usar este sistema, quase todas as *polis* do período Clássico tomaram estas medidas para garantir a subsistência de seus cidadãos. Polanyi a usou como exemplo por ser a mais bem sucedida e importante cidade-estado da Grécia.

5.4. O fim do período clássico

Na conclusão de sua análise, Polanyi descreve o fim deste sistema e sua transformação no sistema de mercado externo. De acordo com o autor, no final do século IV a.C. um pouco antes da invasão macedônica, diversas características de um sistema de mercado externo poderiam ser percebidas em Atenas. A razão deste desenvolvimento foi a decadência da *polis* como resultado da guerra do Peloponeso. A guerra enfraqueceu a posição de Atenas no comércio e nas suas rotas. Com a redução da força militar a cidade não podia mais manter seu monopólio externo (POLANYI, 1977).

Dois fatores foram importantes para sinalizar a mudança: a liberdade dos *emporos* e o desenvolvimento do mercado externo. Os mercadores externos passam a decidir onde vender seus produtos de acordo com o preço e deixam de ser reféns de uma cidade. O mercado externo começa a se desenvolver nas regiões portuárias em todo Mediterrâneo.

Este processo avançou rapidamente e começou a substituir o controle exercido pela *polis*. Mais tarde, com o sucesso militar de Alexandre da Macedônia, as rotas, as moedas e os impostos foram unificados. Seu império controlava toda a Grécia Mediterrânea garantindo total liberdade ao comércio exterior. As cidades não tinham mais forças militares nem mecanismos para intervir no mercado (POLANYI, 1977).

Este foi o fim do sistema dual, do período clássico e o início do período Helenístico. Pode-se dizer que o fim da cidade-estado e o surgimento do mercado externo foram processos interligados. Este também foi o fim do período onde a cidade protegia seus cidadãos, garantindo um nível mínimo de subsistência.

5.5. Conclusões do capítulo

A conclusão da análise de Polanyi da economia grega pode ser resumida da seguinte forma: Foi um período onde mercado e estado exerciam papéis importantes e onde havia a preocupação com o bem estar dos cidadãos, nas palavras de Polanyi (1977, p. 274, tradução nossa): “Pode-se resumir a contribuição dos gregos dizendo que eles desenvolveram dois tipos de economia: a de mercado e a troca de mercado, assim como o planejamento e o tipo redistributivo.”

O desenvolvimento da *polis* na Grécia estava baseado na ideia de que a cidade deveria proteger seus cidadãos da pobreza e da falta de bens essenciais à sobrevivência. Sob esta perspectiva, entendiam que a economia deveria ser controlada para salvaguardar a comunidade das forças de mercado que pudessem causar rupturas no equilíbrio social. Os atenienses estavam cientes de que a subsistência era muito importante para estar sujeita somente às forças do mercado.

O exemplo de Atenas ilustra o conceito de enraizamento social, onde a economia está subordinada às relações sociais. Os padrões de transação dominantes: redistribuição e trocas de mercado são controlados pelo estado para garantir o equilíbrio da comunidade evitando choques que pudessem provocar o rompimento da estrutura social vigente. Em relação à posição do pobre nas trocas comerciais, pode-se inferir que seu papel era restrito. O pobre só tinha acesso ao que era produzido próximo ao local onde habitava, os produtos comercializados através de trocas externas estavam disponíveis apenas para os mais ricos.